

Elo falante na política

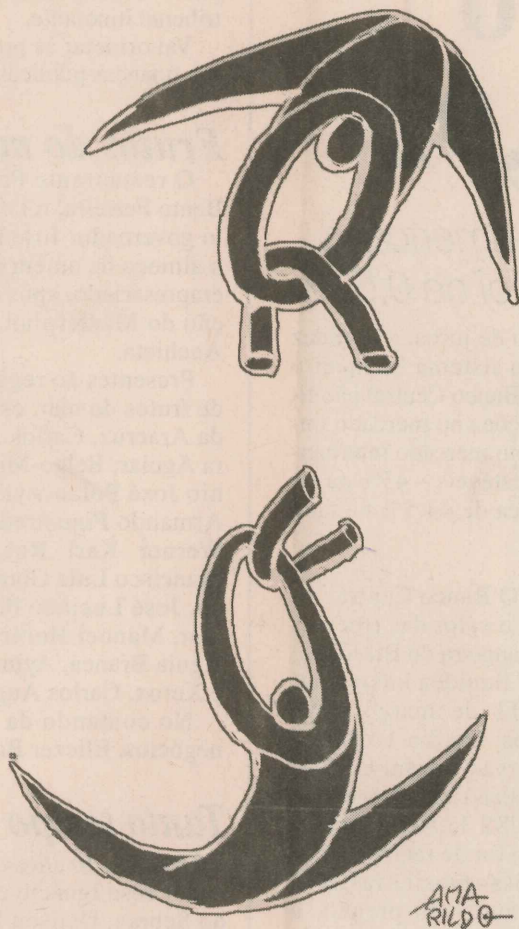
JOÃO GUALBERTO

O economista Orlando Caliman, em artigo publicado em A GAZETA, do dia 7 de março, com o título “Os elos faltantes do Espírito Santo”, faz uma análise muito interessante da situação atual do nosso Estado. Antes de entrar no tema a que se propôs, Caliman observa que quem usa muito o termo “elo faltante” é o Dr. Eliezer Batista, esclarecendo que ele toma a expressão no sentido de falta, ausência. “E assim faço, no entendimento de que a explicação para o relativo isolamento do Espírito Santo no contexto nacional está na fragilidade dos elos já existentes que ligam a economia capixaba ao país e ao mundo e, mais ainda, aqueles que faltam – não existem”.

Esta idéia dos elos faltantes é desenvolvido no artigo de forma clara e precisa. Um dos elos a que o autor se reporta é o elo político. “Vamos agora para a outra categoria de elo faltante: o político. A percepção que se tem é de que falta ao Espírito Santo uma instância articuladora capaz de aglutinar forças em torno dos objetivos comuns e que fere sinergias. Esse papel tem que ser capitaneado pelo Estado”. Caliman registra, em seguida, que o que se tem observado é uma fragilidade do Estado capixaba em realizar esse papel, em formular, articular e conduzir um projeto de construção do futuro. Ele lembra que o papel do Estado não se restringe a arrecadar e gastar.

Seu exemplo para Estados que conseguiram preencher este elo são o Ceará e a Bahia, lugares onde o Estado passou a desempenhar o papel de articulador e condutor do processo econômico, sempre através de parceria público-privada, que resultou num projeto de longo prazo. O artigo conclui que os esforços da nossa bancada federal, em torno de pleitos já conhecidos é insuficiente para o preenchimento do elo faltante, e que por parte do Governo estadual é muito importante que ele não sucumba diante dos embates contra crise, contra os desperdícios do Estado.

Concordo com a análise feita por Caliman. É óbvio que tem faltado ao nosso Estado uma conjugação de esforços entre a iniciativa privada e o setor público e que esta carência é produzida, em grande parte, pela ausência de um projeto de desenvolvimento econômico assumido pelas forças produtivas locais. Entretanto, julgo importante acrescentar um fundo his-



O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO MAIS CONSISTENTE COMEÇOU NO GOVERNO JONES

tórico às reflexões realizadas por Caliman. O primeiro elemento de nossa história recente que temos que considerar é que nós já tivemos este projeto, assim como tivemos personagens que o articularam.

O projeto de desenvolvimento econômico mais consistente que tivemos começou a ser projetado por Jones dos Santos Neves e sua equipe, logo no pós-guerra. Quando Jones foi

interventor, na metade dos anos 1940, ele deixou as primeiras impressões de seu estilo e de seus propósitos. Entretanto, foi em seu Governo, realizado no início dos anos 1950, que tivemos uma idéia mais clara do que pretendia. Assentado nas práticas políticas do setor mais moderno do antigo PSD – partido conservador que tinha como grande pilar de sustentação os proprietários de terra – aquele que também daria sustentação ao desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, e também da aliança que realizou com o PTB, mais ligado às massas urbanas, ele foi capaz de pensar no desenvolvimento capixaba em termos industriais. Para ele, deveríamos nos afastar dos cafezais como atividade econômica, quase única em termos de mercado, abrindo a economia para outros setores.

Mas, foi quando lançou-se candidato ao Governo estadual, em 1962 – ano em que perdeu as eleições para Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho – que Jones dos Santos Neves e seu grupo político formularam um projeto mais acabado para o nosso desenvolvimento. Projeto que foi finalmente posto em prática por um dos grandes empreendedores que já tivemos na área pública, o Dr. Cristiano Dias Lopes Filho, o primeiro dos governadores indicados pelos militares, isto no fim dos anos 1960. Este projeto, longamente gerado por nossas elites – com a colaboração de vários talentos individuais e várias entidades classistas, empresas e setores do Governo – representava nosso elo com as formulações nacionais e as demandas dos setores sociais mais presentes na cena política de então.

Pelo menos no segundo ciclo militar dos governadores, no de Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos, esta articulação nacional também esteve presente, embora tenha tomado uma direção diferente da anterior. Mas, não podemos dizer que havia na época um elo faltante na nossa economia. Hoje, pelas formulações de Caliman, nos falta uma articulação política mais densa e dirigida, capaz de colocar o Espírito Santo no mesmo nível de competição de outras unidades da federação. Esta é, ao meu ver, a principal tarefa dos nossos políticos hoje: construir este elo que nos liga ao desenvolvimento, baseado na capacidade de articular o público e o privado. Capacidade esta que se concretizará pela atração externa de investimentos e pela articulação interna de interesses.

■ JOÃO GUALBERTO é cientista político, professor da Ufes e diretor da Futura-Instituto de Pesquisa